

II.5 - DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

Neste Capítulo, é apresentada a caracterização ambiental da região definida como Área de Influência da Atividade de Produção e Escoamento de Gás Natural e Petróleo no Bloco BC-20, localizado na Bacia de Campos, conforme Item 4. Área de Influência da Atividade deste documento.

Para tal, foi realizada uma descrição geral dos principais aspectos ambientais referentes aos meios físico, biótico e socioeconômico, que caracterizam as regiões oceânica e litorânea ao longo da costa dos municípios de Guarapari, Piúma e Itapemirim, no Estado de Espírito Santo e Quissamã, Macaé, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Cabo Frio, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo e Paraty no Estado do Rio de Janeiro.

São identificados e apresentados, ainda, os planos e programas governamentais propostos e em desenvolvimento na área a ser afetada pela Produção e Escoamento de Gás Natural e Petróleo no Bloco BC-20, localizado na Bacia de Campos, além da legislação ambiental aplicável à atividade em questão.

A elaboração de um diagnóstico ambiental da área de influência tem como objetivo subsidiar a avaliação dos impactos ambientais, uma vez que a listagem dos impactos é gerada a partir do cruzamento dos fatores ambientais afetáveis pelo empreendimento – identificados a partir da análise integrada do diagnóstico ambiental – com os aspectos ou atividades do empreendimento passíveis de causar alteração no ambiente – identificados a partir das informações relativas ao empreendimento.

O presente diagnóstico visa caracterizar os principais aspectos ambientais da região, estruturados conforme os itens a seguir:

- ★ Planos e Programas Governamentais;
- ★ Legislação Aplicável;
- ★ Ambiente Físico;
- ★ Ambiente Biótico e;
- ★ Ambiente Socioeconômico.

A - Planos e Programas Governamentais

O presente item refere-se aos planos, programas e projetos implantados ou em elaboração na área de influência das Atividades de Produção e Escoamento de Gás Natural e Petróleo no Bloco BC-20, localizado na Bacia de Campos.

Estas atividades têm como Área de Influência (AI) os municípios de Guarapari, Piúma e Itapemirim no Estado de Espírito Santo, e Quissamã, Macaé, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Cabo Frio, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo e Paraty no Estado do Rio de Janeiro.

No que concerne aos planos, programas e projetos desenvolvidos e implantados, é importante ressaltar não só a especificidade de projetos municipais, como a presença de parcerias e investimentos dos Governos Federal e Estadual, que pode ocorrer de forma integral, sob a forma de parcerias ou colaboração parcial. Dada a relevância de alguns consórcios, fundações e institutos na região, que são fomentados, ainda que parcialmente, pelo poder público, as mesmas foram incluídas.

Sempre que o plano, programa ou projeto seja desenvolvido em mais de uma esfera administrativa, o detalhamento do mesmo é descrito do âmbito federal para o estadual e municipal. É importante esclarecer que, dada a disparidade das fontes, nem todos os planos, programas e projetos aqui apresentados contêm o mesmo grau de detalhamento, não tendo sido possível a homogeneização da forma de apresentação.

Deve-se ressaltar que este é um levantamento não exaustivo dos planos, programas e projetos em execução ou previstos para a área, dada a variedade dos mesmos e, em alguns casos, a indisponibilidade ou restrições de acesso das informações. Optou-se, neste item, por apontar aqueles com o perfil que indique abrangência que possa vir a interagir, influenciando ou sendo influenciado pela implantação da atividade.

Com o propósito de facilitar a leitura, almejou-se ainda, organizar dentro de cada esfera, os planos, programas e projetos afins, considerando para tanto a similaridade da área de atuação, os objetivos ou segmento responsável. Os planos, programas e projetos são sumarizados no Quadro II.5-1, a seguir.

Quadro II.5-1 - Planos e programas governamentais.

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Federal	Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM)	Conhecer e avaliar a potencialidade dos recursos vivos e não-vivos das áreas marinhas sob jurisdição nacional e adjacente, visando a gestão e o uso sustentável desses recursos.	O plano tem consolidado a importância dos recursos do mar para o desenvolvimento nacional, integrando o conhecimento científico à utilização racional desses recursos vivos e não-vivos das áreas marinhas sob jurisdição nacional e adjacente. O plano avalia, assim, a potencialidade dos recursos, visando sua gestão e uso sustentável. O amadurecimento das atividades deste programa levou ao desdobramento e consolidação de diversas atividades que hoje se apresentam como planos e programas parcialmente independentes (ex. REVIZEE e REMPLAC). No dia 3 de março de 2005 foi aprovado o "VI Plano Setorial para os Recursos do Mar" (VI PSRM), através do Decreto nº 5.382.
	Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (REMLAC)	Garantir ao país os seus direitos de soberania para fins de exploração, aproveitamento e gestão dos recursos minerais em sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE).	Para alcançar seus objetivos, o REMPLAC foi dividido em 4 (quatro) Subcomitês Regionais (SCOREs) devido à extensão da plataforma, assim denominadas: PRT Norte (foz do rio Oiapoque ao delta do rio Parnaíba); PRT Nordeste (delta do rio Parnaíba a São Mateus); PRT Sudeste (São Mateus a Cananéia) e PRT Sul (Cananéia ao arroio Chuí).
	Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva (REVIZEE)	Avaliar as biomassas e os potenciais de captura sustentáveis dos recursos vivos dentro da Zona Econômica Exclusiva - ZEE - brasileira, incluindo as variações das condições ambientais que provocam oscilações espaciais e sazonais na distribuição dos mesmos.	O programa visa conhecer as espécies que ocorrem, sua distribuição espacial e temporal, e a sua vulnerabilidade às artes de pesca, sendo também necessário descrever o <i>habitat</i> biótico e abiótico de sua ocorrência. O Programa proporcionará ainda oportunidades para a diversificação e modernização do setor pesqueiro nacional.
	Programa de Geologia e Geofísica Marinha (PGGM)	Realização de estudos da zona costeira, margem continental e fundo oceânico, elaborar um mapeamento sistemático, avaliar o potencial de recursos minerais, subsidiar o programa de delimitação da margem continental. Formação e capacitação técnico-científica de pessoal em Geologia e Geofísica Marinha. Fortalecimento dos centros de excelência de pesquisa e ensino existente no Brasil e apoio aos grupos emergentes participantes do PGGM.	O programa foi instituído pelo Decreto nº 98.145, de 15 de setembro de 1989. Para alcançar os objetivos, o Programa desenvolve atualmente três sub-programas que dividem em Áreas Costeiras, Áreas Oceânica e Formação de Recursos Humanos. O programa conta também com bancos de dados nacionais como, Banco Nacional de Amostras Geológicas (BNAG), Banco Nacional de Dados Oceanográficos (BNDO) e o Banco de Equipamentos Geofísicos (BEG).

(continua)

Quadro II.5-1 - (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Federal	Sistema Global de Observação dos Oceanos (GOOS)	Implementar, sistematizar e tornar plenamente operacional a coleta, a análise e a transmissão de dados em toda a área oceânica sobre a qual o Brasil exerce direitos de soberania e jurisdição, gerando-se produtos de impacto socioeconômico para o país.	Os dados coletados, tanto pelo Programa Piloto GOOS/Brasil, quanto pelo Programa Nacional de Bóias, serão operacionalizados e disponibilizados à comunidade usuária (cientistas, órgãos governamentais e institutos de pesquisas, entre outros) por meio de redes internacionais, via satélite, já existentes no mundo. O programa tem disponibilizado os dados obtidos em seu <i>site</i> na Internet. Ele foi criado pela Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI), em cooperação com a Organização Meteorológica Mundial (OMM) e com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), tendo em vista os dispositivos da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) e da Agenda 21.
	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC)	Visa a utilização racional dos recursos da zona litorânea, com vistas à preservação da qualidade de vida da sua população e à efetiva proteção aos ecossistemas nela existentes.	O PNGC foi constituído pela Lei 7.661/88, cujos detalhes e operacionalização foram definidos pela Resolução no 01/90 da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), de 21/11/90. A própria Lei já previa mecanismos de atualização do PNGC, por meio do Grupo de Coordenação do Gerenciamento Costeiro (COGERCO). O Grupo de Integração de Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO), composto por representantes de entidades federais, estaduais, municipais e da sociedade civil, foi instituído, no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM). Coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), os programas de gerenciamento costeiro vêm sendo executados nos 17 estados costeiros da Federação, com o apoio financeiro do Governo Federal e do Banco Mundial. Além dos fundamentos legais e instrumentos de gerenciamento ambiental, existem diversos outros projetos, planos e programas que estão associados a este.

(continua)

Quadro II.5-1 - (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Federal	Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima - Projeto Orla	As ações do projeto visam o ordenamento dos espaços litorâneos sob domínio da União, aproximando as políticas ambiental e patrimonial, com ampla articulação entre as três esferas de governo e a sociedade. O Projeto busca responder a uma série de desafios como reflexo da fragilidade dos ecossistemas da orla, do crescimento do uso e ocupação de forma desordenada e irregular, do aumento dos processos erosivos e de fontes contaminantes.	O Projeto é uma ação conjunta entre o Ministério do Meio Ambiente, por intermédio de sua Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental (SMCQ), e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no âmbito da sua Secretaria do Patrimônio da União (SPU/MPOG). O Projeto segue as seguintes diretrizes: i) Fortalecimento da capacidade de atuação e articulação de diferentes atores do setor público e privado na gestão integrada da orla, aperfeiçoando o arcabouço normativo para o ordenamento de uso e ocupação desse espaço; ii) Desenvolvimento de mecanismos de participação e controle social para sua gestão integrada; iii) Valorização de ações inovadoras de gestão voltadas ao uso sustentável dos recursos naturais e da ocupação dos espaços litorâneos.
	Programa de investigação global da poluição no ambiente marinho (GIPME – Global Investigation of Pollution in the Marine Environment)	Avaliar a situação do meio ambiente marinho, a nível regional e global; identificar a necessidade de medidas para prevenir ou minimizar a poluição marinha; estabelecer procedimentos para a avaliação e melhoria da execução dos monitoramentos.	O Brasil não dispõe de um Programa Nacional de Monitoramento da Poluição Marinha, mas realiza, de forma dispersa, um vasto número de observações nas regiões costeiras e de plataforma continental, sendo estas mais escassas na região oceânica. Tais pesquisas poderiam ser integradas nacionalmente e, observando a metodologia recomendada pelo GIPME, também em nível mundial.
	Programa de Mapeamento de Sensibilidade Ambiental ao Óleo da Zona Costeira e Marinha - Cartas SAO	Verificar a aplicabilidade das imagens da câmera CCD para a geração do mapa base e determinação dos principais ecossistemas costeiros da BMS, determinar os Índices de Sensibilidade do Litoral (ISL) e criar um banco de dados geográficos com dados ambientais.	Diversos estados têm desenvolvido suas cartas com base na metodologia padronizada e atualmente encontram-se em fase de refinamento e enriquecimento de dados em escala regional.

(continua)

Quadro II.5-1 - (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Federal	Programa Global de Gerenciamento de Água de Lastro (GLOBALLAST)	Desenvolver, produzir e distribuir material de divulgação sobre o gerenciamento de água de lastro, visando à educação a bordo e para disseminação em companhias de navegação.	As atividades previstas no Plano de Trabalho Nacional de "Avaliação de Risco da Água de Lastro" e de "Levantamento da Biota do Porto" constituem os fundamentos da avaliação de risco. As Diretrizes da IMO para gerenciamento da água de lastro dos navios encorajam os Estados Membros a realizarem pesquisas biológicas iniciais em seus portos e disseminarem amplamente os resultados de suas investigações, de forma a minimizarem as chances de transferência de espécies introduzidas já conhecidas. Na medida em que a informação existente é limitada, o levantamento da biota do porto torna-se vital para a avaliação das condições naturais vigentes e a presença de espécies marinhas introduzidas. É nesse sentido que o Programa <i>GloBallast</i> apoia a realização do levantamento de base. O levantamento da biota na área de influência do porto utiliza a capacidade científica local, contando, ainda, com o apoio de um consultor contratado pela UCP.
	Programa Nacional de Controle de Qualidade do Ar (PRONAR)	Promover a orientação e controle da poluição atmosférica no país, estabelecer padrões nacionais de qualidade do ar e de emissão na fonte, implementar uma política de prevenção de deterioração da qualidade do ar, implementar a rede nacional de monitoramento do ar e o desenvolver inventários de fontes e poluentes atmosféricos prioritários.	Até hoje, novos padrões nacionais de qualidade do ar foram implementados, foram estabelecidos os critérios para elaboração de plano de emergência para episódios agudos de poluição do ar, bem como o primeiro conjunto de padrões nacionais de limites máximos de emissão para processos de combustão externas em novas fontes fixas. Atualmente, o objetivo é fortalecer a estrutura institucional e resgatar os itens previstos no PRONAR, de forma que este Programa se transforme efetivamente em um instrumento eficaz de controle da poluição atmosférica.
	Programa Nacional da Diversidade Biológica (PRONABIO)	Promover parceria entre o poder público e a sociedade civil na conservação da diversidade biológica, na utilização sustentável dos seus recursos e na repartição justa e equitativa dos benefícios dela decorrentes.	Foi instituído, em 1994, por meio do Decreto 1.354, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, viabilizando as ações propostas pela Política Nacional da Biodiversidade.

(continua)

Quadro II.5-1 - (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Federal	Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO)	Assistir ao Governo Brasileiro junto ao Programa Nacional da Diversidade Biológica (PRONABIO), visando aportar recursos para: identificação de ações prioritárias, estimulando o desenvolvimento de atividades que envolvam parcerias entre o setor público e privado; obtenção de informações adequadas e atualizadas, para serem utilizadas como instrumento na tomada de decisão pelo Governo e pela sociedade, e para a avaliação da diversidade biológica nos biomas e projetos demonstrativos.	O principal componente do projeto alocado na área de influência da atividade é a Avaliação e Ações Prioritárias para Conservação da Biodiversidade nas Zonas Costeiras e Marinhas. Este componente do PROBIO tornou-se uma referência nacional para a identificação das prioridades para aplicação dos recursos, a fim de subsidiar uma estratégia nacional da biodiversidade brasileira.
	Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio)	Implantar e prover a manutenção de redes de inventário da Biota, apoiar a manutenção, ampliação e informatização de acervos biológicos do País (coleções <i>ex situ</i>), apoiar a pesquisa e desenvolvimento em áreas temáticas da biodiversidade e desenvolver ações estratégicas para políticas de pesquisa em biodiversidade.	O Programa adota um modelo de gestão descentralizado, onde a implementação de suas ações se faz em articulação com agências de fomento à pesquisa e com apoio direto de institutos de pesquisa e universidades, designados para exercerem a função de Núcleos Executores do PPBio.
	Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA)	Promover processos de educação ambiental que integrem dimensões culturais, sociais e políticas, contribuir para a organização de grupos e redes de educação ambiental, promover a educação ambiental como parte integral de projetos de desenvolvimento e conservação, no intuito de contribuir para a participação cidadã na construção de sociedades sustentáveis.	Para alcançar os diversos objetivos, o Programa atua dentro de várias linhas de ação e desenvolve diversas estratégias, como Gestão e Planejamento de Educação Ambiental no País, Formação de Educadores Ambientais, Comunicação para Educação Ambiental, Inclusão de Educação Ambiental nas Instituições de Ensino, Monitoramento e Avaliação de Políticas, Programas e Projetos de Educação Ambiental.
	Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO)	Assistir ao Governo Brasileiro junto ao Programa Nacional da Diversidade Biológica (PRONABIO), visando aportar recursos para: identificação de ações prioritárias, estimulando o desenvolvimento de atividades que envolvam parcerias entre o setor público e privado; obtenção de informações adequadas e atualizadas, para serem utilizadas como instrumento na tomada de decisão pelo Governo e pela sociedade, e para a avaliação da diversidade biológica nos biomas e projetos demonstrativos.	O principal componente do projeto alocado na área de influência da atividade é a Avaliação e Ações Prioritárias para Conservação da Biodiversidade nas Zonas Costeiras e Marinhas. Este componente do PROBIO tornou-se uma referência nacional para a identificação das prioridades para aplicação dos recursos, a fim de subsidiar uma estratégia nacional da biodiversidade brasileira.

(continua)

Quadro II.5-1 - (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Federal	Agenda 21	Integrar, mobilizar, capacitar e sensibilizar a população em escalas nacional, regional e local para redução de problemas ambientais.	A Agenda 21 está voltada para os problemas prementes de hoje e tem o objetivo, ainda, de preparar o mundo para os desafios do próximo século. Reflete um consenso mundial e um compromisso político no nível mais alto no que diz respeito a desenvolvimento e cooperação ambiental. Gerenciamento integrado e desenvolvimento sustentável das zonas costeiras e marinhas, inclusive zonas econômicas exclusivas, incluindo a proteção do meio ambiente marinho, uso sustentável e conservação dos recursos marinhos vivos de alto mar, análise das incertezas críticas para o gerenciamento do meio ambiente marinho e a mudança do clima; e fortalecimento da cooperação e da coordenação no plano internacional, inclusive regional.
	Plano Nacional de Energia (PNE) - 2030	O PNE-2030 fornece os subsídios para a formulação de uma estratégia de expansão da oferta de energia econômica e sustentável com vistas ao atendimento da evolução da demanda ao longo prazo.	Primeiro estudo de planejamento integrado dos recursos energéticos realizado no âmbito do Governo brasileiro, o Plano foi lançado em julho de 2006 contemplando as diversas fontes de energia previstas na Matriz Energética Brasileira. O trabalho é conduzido pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), em parceria com o Ministério de Minas e Energia (MME).
	Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP)	Mobilizar e organizar os empreendedores para o fornecimento de bens e serviços em bases competitivas e sustentáveis da indústria de petróleo e gás nacional.	O PROMINP iniciou suas atividades já com uma carteira de 47 projetos, aprovada pelo Comitê Diretivo do Programa. O desafio consiste em desenvolver projetos de aumento do conteúdo nacional nas áreas específicas de Exploração & Produção, Transporte Marítimo, Abastecimento e Gás & Energia.
	Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)	Planejar e executar medidas que estimulem o desenvolvimento econômico e social do país.	O PAC é o programa federal de expansão do crescimento baseado no investimento em infraestrutura que, aliado a medidas econômicas, visa estimular os setores produtivos e, ao mesmo tempo, levar benefícios sociais para todas as regiões do país. O programa tem como um dos seus principais alicerces o estímulo à geração e distribuição de energia no Brasil.

(continua)

Quadro II.5-1 – (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Federal	Projeto de Monitoramento Ambiental em Atividades de Perfuração Exploratória Marítima (MAPEM)	Avaliar o impacto efetivo da atividade de perfuração exploratória sobre os ecossistemas bênticos oceânicos em águas rasas e profundas.	Especificamente, o projeto visa avaliar mudanças químicas (metais e hidrocarbonetos), geológicas (composição dos sedimentos e teores de matéria orgânica) e biológicas (macro e meio fauna) antes, imediatamente após e em médio prazo após a atividade de perfuração.
	Programa Nacional da Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (CONPET)	Incentivar o uso mais eficiente das fontes de energia não renováveis no transporte, nas residências, no comércio, na indústria e na agropecuária.	O programa estabelece convênios de cooperação técnica e parcerias com órgãos governamentais, não-governamentais, representantes de entidades ligadas ao tema e também organiza e promove projetos. O CONPET é um Programa do Ministério de Minas e Energia coordenado por representantes de órgãos do Governo Federal e da iniciativa privada (Grupo Coordenador do CONPET). A Gerência de Conservação de Energia, Energia Renovável e Suporte ao CONPET é o órgão da Companhia que exerce a função de Secretaria Executiva do CONPET, sendo responsável por elaborar projetos, operacionalizar as estratégias, promover a articulação institucional e divulgar as ações do Programa.
	Programa de Controle Estatal Portuário (Port State Control)	Inspecionar os navios estrangeiros em águas brasileiras, de forma a verificar as condições de salvaguarda da vida humana no mar e a proteção ao meio ambiente marinho.	Este programa se encontra consoante às normas e aos padrões estabelecidos pela MARPOL, que concede aos portos, inclusive, a autonomia para deter o navio sob suspeita até a eliminação satisfatória do risco de dano ao meio ambiente. O sistema já se encontra implantado em alguns portos brasileiros, como, do Rio de Janeiro, Santos, Vitória e São Luís.

(continua)

Quadro II.5-1 – (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Federal	Programa TRAIN-SEA-COAST do Brasil	Capacitar pessoas para atuarem em projetos e empreendimentos nas áreas costeiras e oceânica.	Este programa tem como público-alvo os profissionais vinculados às instituições públicas e privadas, organizações não-governamentais, usuários, pesquisadores e legisladores, envolvidos direta ou indiretamente, com o planejamento, desenvolvimento e gerenciamento da zona costeira. Este programa apresenta forte inter-relação com o Programa Global de Gerenciamento de Água de Lastro – <i>Globallast</i> em virtude da sistematização da segurança biológica e sanitária proposta pelos mesmos. Alguns cursos já oferecidos pelo programa são: Gestão de Efluentes Líquidos em Municípios Costeiros; Gestão de Água de Lastro, Gerenciamento Costeiro Integrado e Qualidade Ambiental e Atividade Portuária no Brasil. O Programa TRAIN-SEA-COAST é uma rede mundial para a capacitação dos recursos humanos que atuam nas regiões costeiras e oceânicas. As Nações Unidas (ONU), através da Divisão de Assuntos Oceânicos e da Lei do Mar, estabeleceram em 1993 o Programa Train-Sea-Coast, baseando-se nas metas da Agenda 21 (Capítulo XVII) determinadas na Conferência Mundial do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente (1992).
	Programa de Mentalidade Marítima	Estimular, por meio de ações planejadas, objetivas e continuadas, o desenvolvimento de uma mentalidade marítima na população brasileira.	O programa tem como metas: (i) conscientizar a população, principalmente a parcela localizada nas regiões litorâneas, sobre a importância do mar na vida do cidadão; (ii) conscientizar as crianças e os jovens sobre a importância e a responsabilidade de sua atuação na preservação dos mares; (iii) criar na juventude o interesse pelas coisas do mar e fomentar uma consciência marítima, essencial para a nossa soberania; (iv) divulgar o mar como fonte essencial de recursos para a humanidade e; (v) mobilizar a população brasileira como um todo para o efetivo engajamento na preservação do mar e na utilização dos seus recursos.
	Programa de Seguro-Desemprego para Pescador Profissional que Exerce a Atividade Pesqueira de Forma Artesanal, no período de defeso.	Auxiliar com um salário-mínimo mensal, o pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal, durante o período de defeso.	O período de defeso de atividade pesqueira, o qual rege a disponibilidade do recurso acima citado, é o fixado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), para espécie marinha, fluvial ou lacustre cuja captura o pescador se dedique.

(continua)

Quadro II.5-1 – (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Federal	Sistema de Informação das Autorizações de Uso das Águas de Domínio da União para fins de Aquicultura (SINAU)	Cadastrar e controlar os projetos aquícolas, referenciar geograficamente as faixas ou áreas de preferência, os parques e áreas aquícolas e as unidades demonstrativas e de pesquisa, criar e manter o banco de dados das autorizações de uso e subsidiar o ordenamento das atividades aquícolas em águas de domínio da União.	Desde janeiro de 2004, vem recadastrando aquícultores, e maricultores, demonstrando ser uma ferramenta valiosa e indispensável no processo de tomada de decisões e no planejamento das ações estratégicas da SEAP-PR. Com a implantação definitiva desse Sistema e os novos métodos de trabalho nos Escritórios Estaduais e Regionais, esta Secretaria estará capacitada para realizar avaliações técnicas criteriosas dos projetos aquícolas, fato este que contribuirá para o desenvolvimento sustentável das atividades aquícolas em todo território nacional, além de agilizar os procedimentos administrativos até então utilizados.
	Programa Drenagem Urbana Sustentável: Ministério do Meio Ambiente	Apoiar ações de prevenção, controle e minimização dos impactos provocados por enchentes urbanas e ribeirinhas.	Tem como principais ações em andamento o Apoio à Implantação e Ampliação de Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável e Apoio a Estados e Municípios para elaboração de Projetos de Drenagem Urbana Sustentável.
	Serviços urbanos de água e esgoto – Apoio à implantação e ampliação de sistemas de coleta e tratamento de esgotos sanitários	Ampliação da cobertura e melhoria da qualidade dos serviços de saneamento ambiental urbano.	É um Programa coordenado pelo Ministério das Cidades e implementado pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental.
	Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas (PNQA)	Oferecer à sociedade conhecimento adequado da qualidade das águas superficiais brasileiras, de forma a subsidiar os tomadores de decisão (agências governamentais, ministérios, órgãos gestores de recursos hídricos e de meio ambiente) na definição de políticas públicas para a recuperação da qualidade das águas, contribuindo com a gestão sustentável dos recursos hídricos.	O Programa é implementado pela Agência Nacional de Águas (ANA) e foi criada em resposta aos conflitos gerados pelas diversos usos de água e à falta de padronização de informação que contribuirá à solução destes conflitos.

(continua)

Quadro II.5-1 – (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Federal	Programa Fortalecimento da Gestão Municipal Urbana	Reduzir as desigualdades sociais e territoriais e assessorar os municípios na elaboração de seus Planos Diretores.	O programa busca reforçar a capacidade de gestão territorial e urbana dos municípios e promover a inclusão social. Também tem como parceiros o Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAF-M) e os programas de fortalecimento da gestão ambiental urbana das agências internacionais.
	Programa de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Turismo (PRODETUR)	Otimizar os esforços no desenvolvimento nacional do turismo de modo democrático e sustentável, alinhando investimentos regionais, estaduais e municipais a um modelo de desenvolvimento turístico nacional.	É um programa global de desenvolvimento turístico regional, para financiar a instalação de infraestrutura de suporte ao turismo, de modo a incentivar a participação da iniciativa privada na implantação de equipamentos turísticos. Através disso, busca desenvolver, também, a geração de emprego e renda para a população local. O PRODETUR foi implantando, inicialmente, nos estados do Nordeste. Entretanto, outras regiões do país já estão desenvolvendo os seus programas.
	Plano Nacional de Resíduos Sólidos	Atuar como um dos instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal 12.305/10) de forma a apresentar um diagnóstico da situação atual dos resíduos sólidos no Brasil com a proposição de metas de redução, reutilização, reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada; metas de aproveitamento energético dos gases gerados nas unidades de disposição final de resíduos sólidos; metas para a eliminação e recuperação de lixões; criação de normas e diretrizes para a disposição final de rejeitos e, quando couber, de resíduos, etc.	O Plano possui coordenação do Ministério do Meio Ambiente, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 20 (vinte) anos, a ser atualizado a cada 4 (quatro) anos, devendo ser elaborado mediante processo de mobilização e participação social, incluindo a realização de audiências e consultas públicas.

Quadro II.5-1 – (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Federal	Plano de gestão para o uso sustentável de lagostas no Brasil	Materializar a nova prática de gestão compartilhada definida pela área ambiental do governo como o caminho para reverter a crise por que passa o uso sustentável dos recursos pesqueiros no Brasil, notadamente para a pesca da lagosta	Elaborado pelo Ibama de forma participativa, em atendimento ao definido na Instrução Normativa MMA nº 05/2004, o plano inclui áreas de captura no litoral do Espírito Santo.
Estadual – Espírito Santo	“Espírito Santo sem Lixão”	O objetivo central deste projeto é a concepção, construção e operação de sistemas regionais de destinação final adequada de resíduos sólidos urbanos – RSU, para atender a todo Estado, considerando que os atuais sistemas privados em operação sustentada continuarão em funcionamento. Os sistemas regionais de destinação dos resíduos sólidos serão compostos por estações de transbordo, transportes regionais e aterros sanitários regionais.	Para iniciar o Projeto, o Estado foi dividido em regiões, baseado em estudos que utilizaram conhecimentos e informações regionais relativas às áreas técnica, econômica, social, demográfica, infraestrutura e geográfica. Atualmente uma pesquisa está em andamento para escolha de áreas ambientalmente adequadas para a localização das estações de transbordo e dos aterros sanitários regionais. Em seguida, virão os processos de licenciamento ambiental das respectivas áreas escolhidas e, em paralelo, a elaboração dos projetos executivos.
	Programa Capixaba de Materiais Reaproveitáveis	Gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos, transformando os problemas em oportunidade de negócios e elaborando instrumentos técnicos e jurídicos para regulamentar o gerenciamento de resíduos.	O Programa é o resultado de uma parceria entre as seguintes instituições: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Espírito Santo (Sebrae-ES), Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), Instituto de Desenvolvimento Integrado para Ações Sócio-ambientais (IDEIAS) e o Instituto Marca para o Desenvolvimento Socioambiental (IMADESA). O programa tem como conceito o envolvimento e a mobilização permanente da sociedade civil através do Comitê Gestor de Resíduos Sólidos Estadual (COGERES), Comitês Regionais, e eventos técnicos relacionados ao tema, entre outras ações.

(continua...)

Quadro II.5-1 – (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Estadual – Espírito Santo	Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025	Agregar esforços na elaboração e execução de ações que impulsionem o desenvolvimento do Estado em todas as suas dimensões.	O projeto Espírito Santo 2025 é uma iniciativa do Governo do Estado do Espírito Santo em parceria com o Espírito Santo em Ação. Ele foi construído de forma compartilhada entre diversos atores da sociedade capixaba através de pesquisas, entrevistas, seminários temáticos, consultas via internet e audiências públicas.
	Plano de Desenvolvimento Sustentável de Turismo 2025	O Plano é composto por projetos para estruturação do setor de turismo, como a melhoria da competitividade do arranjo produtivo, através da revitalização dos centros turísticos; melhoria da infraestrutura; criação de centros de eventos; consolidação das rotas turísticas; qualificação de empreendedores e trabalhadores; desenvolvimento do turismo regional; fomento à diversidade da oferta turística, e qualificação dos produtos turísticos.	O Plano foi elaborado sob a coordenação da Secretaria de Estado do Turismo, por meio do Conselho Estadual (CONTURES). O mesmo é inserido no modelo de desenvolvimento socialmente inclusivo, ambientalmente sustentável e geograficamente desconcentrado.
Estadual – Rio de Janeiro	Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro (GERCO/RJ)	Orientar para a utilização racional dos recursos da zona litorânea, com vistas à preservação da qualidade de vida da sua população e à efetiva proteção aos ecossistemas nela existentes, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.	O GERCO/RJ possui as seguintes atividades em curso: (i) apoio à Regulamentação da Lei nº 7661, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, em apoio ao Ministério do Meio Ambiente; (ii) participação em grupo de trabalho para implementação de Projeto Piloto de Controle de Água de Lastro no Porto de Sepetiba; (iii) apoio na implementação do Projeto Orla, que visa o ordenamento da orla da zona costeira, envolvendo o aperfeiçoamento do arcabouço normativo e a integração dos diversos atores na gestão integrada da orla; (iv); apoio à estruturação do Programa de Proteção do Ambiente Marinho no Atlântico Sudoeste, vinculado ao Programa de Ação Global de Proteção do Ambiente Marinho frente às Atividades Baseadas em Terra, coordenado pelo PNUMA/ONU; (v) Plano de Gestão Costeira da Baía de Guanabara, desenvolvido no âmbito do convênio entre o Ministério do Meio Ambiente – MMA e o Instituto Terra de Preservação Ambiental – ITPA e; (vi) apoio permanente ao processo de Gestão Ambiental, envolvendo a sistematização de informações sobre aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos da zona costeira, perícias e avaliações ambientais, o planejamento de Unidades de Conservação e o apoio aos municípios no ordenamento do solo, dentre outros.

(continua)

Quadro II.5-1 – (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Estadual – Rio de Janeiro	Plano Diretor de Turismo do Governo do Rio de Janeiro	Discutir, diagnosticar potencialidades e problemas, traçar diretrizes, apresentar e aprovar ações concretas que levem ao desenvolvimento da indústria turística no seu território, de forma sustentável.	O processo de elaboração do Plano Diretor contou com a participação de agentes públicos e privados relacionados à atividade. Foram realizadas 14 reuniões regionais e 15 reuniões setoriais, nas quais foram discutidos problemas, potencialidades e proposições para o setor.
	Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG)	Reduzir a poluição da Baía e solucionar o conjunto de problemas ambientais da bacia.	Todos os projetos têm como referência territorial o sistema ambiental “bacia hidrográfica”. Cada projeto inclui atividades nas vertentes técnico-científica e político-institucional. Na vertente técnico-científica as principais atividades são: (i) produção de conhecimentos técnico-científicos sobre cada bacia, incorporando também os conhecimentos da população local; (ii) realização de trabalho de educação ambiental, paralelamente à produção de conhecimentos sobre a bacia, utilizando tais informações no processo de mobilização e; (iii) divulgação na mídia local das informações sobre a bacia e a legislação ambiental. Enquanto que, na vertente político-institucional as principais atividades são: (i) realização de estudos e pesquisas para a criação de novos conhecimentos sobre a região hidrográfica da Guanabara; (ii) criação de soluções técnicas para os problemas ambientais identificados; (iii) instrumentalização ambiental dos cidadãos, através da divulgação de informações sobre os projetos integrantes do PAC, sobre a dinâmica ambiental das bacias hidrográficas em que vivem – áreas preservadas e problemas ambientais – e da busca da identificação do seu papel enquanto agente receptor e promotor dos desequilíbrios ambientais e; (iv) envolvimento e instrumentalização das equipes técnicas e dos tomadores de decisão dos 15 municípios integrantes da região hidrográfica da Guanabara.

(continua)

Quadro II.5-1 – (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Estadual – Rio de Janeiro	Plano de Emergência da Baía de Guanabara	Atender os casos de poluição acidental ocasionados por derramamento de óleo na Baía de Guanabara.	Para atender os casos de poluição acidental ocasionados por derramamento de óleo, foi criado, no início dos anos 1990, o Plano de Emergência da Baía de Guanabara. Os órgãos públicos como a Marinha do Brasil, a Defesa Civil, o INEA e a Cia. Docas têm o papel de coordenar e fiscalizar as atividades que são realizadas na Baía. As companhias de limpeza urbana dos municípios do entorno da Baía atuam na limpeza das áreas atingidas. A instalação do Centro de Atendimento a Emergências em 2009 foi considerada um grande reforço ao Plano.
	Projeto Ecobarreira 2016	Instalação de barreiras feitas de material reaproveitado nos rios que desaguam na Baía de Guanabara, no intuito de conter aproximadamente 10 toneladas de resíduos flutuantes para cada barreira antes que se depositem no fundo da Baía de Guanabara.	As operações das ecobarreiras são financiadas pela Associação dos Supermercados do Rio de Janeiro (ASSERJ) e executadas pela Federação das Cooperativas de Catadores de Material Reciclável do Estado do Rio de Janeiro (FEBRACOM), com supervisão do Instituto Estadual do Ambiente (INEA). As ecobarreiras constituem-se em estruturas flutuantes construídas em madeira, bombonas plásticas, garrafas PET, material reciclado e aço, ancoradas nas margens dos rios há 50 centímetros da superfície. Até hoje cinco barreiras foram instaladas.
	Programa Estadual de Educação Ambiental	Regulamentar a educação ambiental no âmbito do Estado do Rio de Janeiro através da promoção de ações de educação ambiental integrada aos programas de preservação, conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.	Ficam incumbido às empresas a obrigação de promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores visando a melhoria e o controle efetivo sobre suas condições e o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente, inclusive sobre os impactos da poluição sobre as populações vizinhas e no entorno de unidades industriais.
Municipal - Guarapari	Plano Diretor do Município de Guarapari	Discutir, diagnosticar potencialidades e problemas, traçar diretrizes, apresentar e aprovar ações concretas que levem ao desenvolvimento do município, de forma sustentável.	O projeto da lei que institui o Plano Diretor do município, e que dispõe sobre a política de desenvolvimento e ordenamento territorial, foi elaborado e implementado em 2007 pela Prefeitura de Guarapari em parceria com o Governo do Estado de Espírito Santo e SEDETUR.

(continua)

Quadro II.5-1 - (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Municipal - Guarapari	Projeto Reaproveitamento de Casca de Coco Verde	Desenvolver ações de apoio aos artesãos, promovendo a agricultura familiar e a agricultura na escola, por meio do reaproveitamento e fabricação de diversos produtos como artesanatos, subprodutos para jardinagem como o xaxim e compostos orgânicos, as quais acontecerão nos locais apropriados para tal produção.	O Projeto será desenvolvido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA). Serão beneficiadas 700 crianças e jovens e mais de 30 artesãos.
	Projeto Facilitador Turístico	Fortalecer a cidadania, capacitando e sensibilizando os adolescentes para o turismo através da divulgação dos equipamentos e atrativos turísticos do município.	O Projeto será desenvolvido pela Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo (SECTUR). Serão desenvolvidas ações para sensibilizar os prestadores de serviço no que se refere à qualidade do atendimento ao turista, oferecer capacitação de qualidade aos adolescentes e contribuir com a renda familiar dos cerca de 50 adolescentes envolvidos no projeto.
Municipal - Piúma	Projeto Ecoar Mambembe	O Projeto Ecoar Mambembe é uma iniciativa de educação socioambiental itinerante, estruturada a partir da metodologia de educação vivencial.	O Projeto é desenvolvido em parceria com o Governo do Estado e decorre do Programa Ecoar de Educação Ambiental, que vem sendo desenvolvido desde 2008, capacitando gestores e docentes da Secretaria do Meio Ambiente, Agricultura, Saúde e Educação.
Municipal - Itapemirim	Projeto "Eu mudo o mundo"	Projeto municipal de educação ambiental nas escolas.	-
	Rua Viva	Projeto de arborização das ruas, desenvolvendo atividades de educação e sensibilização ambiental com a população.	-
Municipal - Quissamã	Plano Diretor do Município de Quissamã	Discutir, diagnosticar potencialidades e problemas, traçar diretrizes, apresentar e aprovar ações concretas que levem ao desenvolvimento do município, de forma sustentável.	O Plano Diretor do município foi elaborado e implementado no ano 2006 pela Prefeitura de Quissamã.

(continua)

Quadro II.5-1 - (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Municipal - Quissamã	Projeto Pólen	A partir do conhecimento da realidade de cada um dos municípios contemplados, construir em conjunto com os diferentes atores sociais, conhecimentos fundamentais para o manejo racional do ambiente por meio da educação ambiental e para desenvolver ações mobilizadoras entre os diversos setores da sociedade.	O Projeto foi elaborado pelo NUPEM/UFRJ (Núcleo e Ecologia e Desenvolvimento Socioambiental), em parceria com a Petrobras e com o IBAMA, em função de uma medida mitigadora para o licenciamento ambiental de atividades de exploração e produção de petróleo e gás. Para o seu sucesso, tem sido fundamental o apoio das Prefeituras dos municípios contemplados pelo mesmo.
Municipal – Macaé	Plano Diretor do Município de Macaé	Discutir, diagnosticar potencialidades e problemas, traçar diretrizes, apresentar e aprovar ações concretas que levem ao desenvolvimento do município, de forma sustentável.	O Plano Diretor do Município de Macaé é um instrumento de gestão, de caráter jurídico cujo objetivo é nortear e orientar o desenvolvimento do município. Foi instituído pela Lei Complementar nº 076/2006.
	Programa Pousada da Cidadania	Destina-se à população de rua, a partir da abordagem, retirada das ruas, restabelecimento dos vínculos com a sociedade e/ou família, resgate da cidadania com emissão de documentos; e capacitação profissional. Sob coordenação da Secretaria Especial de Desenvolvimento Social e Humano (SEMDSH), o Programa está alocado em um dos blocos da Pousada Brisa da Costa, no bairro de Barreto.	O Projeto foi criado pela SEMDSH a partir da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).
	Projeto Pólen	A partir do conhecimento da realidade de cada um dos municípios contemplados, construir em conjunto com os diferentes atores sociais, conhecimentos fundamentais para o manejo racional do ambiente por meio da educação ambiental e para desenvolver ações mobilizadoras entre os diversos setores da sociedade.	O Projeto foi elaborado pelo NUPEM/UFRJ (Núcleo e Ecologia e Desenvolvimento Socioambiental), em parceria com a Petrobras e com o IBAMA, em função de uma medida mitigadora para o licenciamento ambiental de atividades de exploração e produção de petróleo e gás. Para o seu sucesso, tem sido fundamental o apoio das Prefeituras dos municípios contemplados pelo mesmo.
Municipal – Rio das Ostras	Plano Diretor do Município de Rio das Ostras	Discutir, diagnosticar potencialidades e problemas, traçar diretrizes, apresentar e aprovar ações concretas que levem ao desenvolvimento do município, de forma sustentável.	O Plano Diretor de Rio das Ostras está em vigor desde 10 de outubro de 2006, correspondendo à Lei nº 004/2006.

(continua)

Quadro II.5-1 - (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Municipal – Rio das Ostras	Projeto Pólen	A partir do conhecimento da realidade de cada um dos municípios contemplados, construir em conjunto com os diferentes atores sociais, conhecimentos fundamentais para o manejo racional do ambiente por meio da educação ambiental e para desenvolver ações mobilizadoras entre os diversos setores da sociedade.	O Projeto foi elaborado pelo NUPEM/UFRJ (Núcleo e Ecologia e Desenvolvimento Socioambiental), em parceria com a Petrobras e com o IBAMA, em função de uma medida mitigadora para o licenciamento ambiental de atividades de exploração e produção de petróleo e gás. Para o seu sucesso, tem sido fundamental o apoio das Prefeituras dos municípios contemplados pelo mesmo.
	Núcleo de Educação Ambiental	Promove cursos de diversas naturezas para a comunidade e é uma referência para a Bacia de Campos.	
Municipal – Casimiro de Abreu	Projeto Pólen	A partir do conhecimento da realidade de cada um dos municípios contemplados, construir em conjunto com os diferentes atores sociais, conhecimentos fundamentais para o manejo racional do ambiente por meio da educação ambiental e para desenvolver ações mobilizadoras entre os diversos setores da sociedade.	O Projeto foi elaborado pelo NUPEM/UFRJ (Núcleo e Ecologia e Desenvolvimento Socioambiental), em parceria com a Petrobras e com o IBAMA, em função de uma medida mitigadora para o licenciamento ambiental de atividades de exploração e produção de petróleo e gás. Para o seu sucesso, tem sido fundamental o apoio das Prefeituras dos municípios contemplados pelo mesmo.
Municipal – Cabo Frio	Plano Diretor do Município de Cabo Frio	Discutir, diagnosticar potencialidades e problemas, traçar diretrizes, apresentar e aprovar ações concretas que levem ao desenvolvimento do município, de forma sustentável.	A Prefeitura de Cabo Frio elaborou e implementou o Plano Diretor do município no ano 2006. Este Plano insere-se na Lei Complementar nº04/2006
	Projeto Pólen	A partir do conhecimento da realidade de cada um dos municípios contemplados, construir em conjunto com os diferentes atores sociais, conhecimentos fundamentais para o manejo racional do ambiente por meio da educação ambiental e para desenvolver ações mobilizadoras entre os diversos setores da sociedade.	O Projeto foi elaborado pelo NUPEM/UFRJ (Núcleo e Ecologia e Desenvolvimento Socioambiental), em parceria com a Petrobras e com o IBAMA, em função de uma medida mitigadora para o licenciamento ambiental de atividades de exploração e produção de petróleo e gás. Para o seu sucesso, tem sido fundamental o apoio das Prefeituras dos municípios contemplados pelo mesmo.
Municipal – Armação de Búzios	Plano Diretor do Município de Armação de Búzios	Discutir, diagnosticar potencialidades e problemas, traçar diretrizes, apresentar e aprovar ações concretas que levem ao desenvolvimento do município, de forma sustentável.	A Prefeitura de Armação de Búzios elaborou e instituiu o Plano Diretor do município no ano 2006.

(continua)

Quadro II.5-1 - (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Municipal – Armação de Búzios	Projeto Pólen	A partir do conhecimento da realidade de cada um dos municípios contemplados, construir em conjunto com os diferentes atores sociais, conhecimentos fundamentais para o manejo racional do ambiente por meio da educação ambiental e para desenvolver ações mobilizadoras entre os diversos setores da sociedade.	O Projeto foi elaborado pelo NUPEM/UFRJ (Núcleo e Ecologia e Desenvolvimento Socioambiental), em parceria com a Petrobras e com o IBAMA, em função de uma medida mitigadora para o licenciamento ambiental de atividades de exploração e produção de petróleo e gás. Para o seu sucesso, tem sido fundamental o apoio das Prefeituras dos municípios contemplados pelo mesmo.
Municipal – Arraial do Cabo	Plano Diretor do Município de Arraial do Cabo	Discutir, diagnosticar potencialidades e problemas, traçar diretrizes, apresentar e aprovar ações concretas que levem ao desenvolvimento do município, de forma sustentável.	O Plano Diretor de Arraial do Cabo foi estabelecido pela Lei Orgânica Municipal de Arraial do Cabo de 5 de abril de 1990.
	Projeto Guardas Mirins da Natureza	O Projeto atende a jovens estudantes da rede pública em situação de risco social, com idades entre 14 e 15 anos incompletos, que orientam turistas, em época de alta temporada, e os moradores nos períodos de alta e baixa temporada, quanto à necessidade de manter-se a cidade limpa. Dessa maneira, o Projeto trabalha com ações integradas aos setores de turismo, lazer e meio ambiente.	Os jovens atendidos pelo Projeto usufruem de cursos profissionalizantes e atendimento psicológico, além de receberem meio salário mínimo pelos serviços prestados.
	Projeto Pólen	A partir do conhecimento da realidade de cada um dos municípios contemplados, construir em conjunto com os diferentes atores sociais, conhecimentos fundamentais para o manejo racional do ambiente por meio da educação ambiental e para desenvolver ações mobilizadoras entre os diversos setores da sociedade.	O Projeto foi elaborado pelo NUPEM/UFRJ (Núcleo e Ecologia e Desenvolvimento Socioambiental), em parceria com a Petrobras e com o IBAMA, em função de uma medida mitigadora para o licenciamento ambiental de atividades de exploração e produção de petróleo e gás. Para o seu sucesso, tem sido fundamental o apoio das Prefeituras dos municípios contemplados pelo mesmo.

(continua)

Quadro II.5-1 - (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Municipal - Paraty	Plano Diretor Municipal	O Plano Diretor é o instrumento de planejamento orientador do desenvolvimento social, político e econômico do Município, que deve considerar, prioritariamente, as ações de preservação cultural e natural para a promoção do desenvolvimento sustentável no município.	O Plano Diretor Municipal encontra-se, até janeiro de 2011, em revisão, sob o <i>status</i> de Anteprojeto de Lei.
	Projeto Paraty Recicla	O Projeto visa a implantação da coleta seletiva de resíduos em Paraty, no intuito de promover o desenvolvimento sustentável, a educação ambiental e a capacitação quanto às questões relacionadas ao consumo, produção, redução, reciclagem e destinação final dos resíduos gerados pelo município.	O Projeto está sob responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SEDUMA) de Paraty e tem se desdobrado em outros projetos, como o Paraty Recicla em Ação, ainda em fase inicial.
Consórcio	Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos (NEA-BC) -	O NEA-BC é um projeto participativo de educação ambiental da Unidade Operacional da Petrobras (UO-Rio), criado para fortalecer a organização comunitária buscando inseri-la diretamente em ações efetivas e inovadoras de sustentabilidade regional e local.	Este Projeto abrange os municípios de Quissamã, Macaé, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Cabo Frio, Armação dos Búzios, Cabo Frio e Arraial do Cabo.
	Escola Aberta	É um Programa do Governo Federal. O Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), em parceria com a UNESCO, os Ministérios da Cultura, do Esporte e do Trabalho e Emprego, desenvolve atividades de lazer, esporte, cultura, arte, informação, formação inicial para o trabalho, geração de renda, etc, para as comunidades do entorno escolar, nos finais de semana.	-
	MOVA - RJ- Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos	O MOVA é um Programa do Governo Estadual, com a finalidade de desenvolver projetos de Alfabetização de Jovens e Adultos em cooperação com entidades da sociedade civil.	

(continua)

Quadro II.5-1 - (conclusão)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Consórcio	Programa Melhore sua Casa	O Programa, através da mobilização de mutirões, dá prosseguimento a construções sem revestimentos externos.	O Programa é uma iniciativa da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em parceria com a Secretaria de Ação Social, Integração e Trabalho, de Arraial do Cabo, coordenada por um funcionário da Secretaria que organizou e cadastrou as famílias interessadas no ingresso do Programa.
	Projeto Tartaruga Marinha - TAMAR	Adquirir informações e formular ações educativas e estratégicas para a proteção de tartarugas marinhas.	O Projeto TAMAR é a designação do Programa Brasileiro de Conservação das Tartarugas Marinhas, executado pelo IBAMA, através do Centro Brasileiro de Proteção e Pesquisa das Tartarugas Marinhas (Centro TAMAR-IBAMA), órgão governamental; e pela Fundação Centro Brasileiro de Proteção e Pesquisas das Tartarugas Marinhas (Fundação Pró-TAMAR), instituição não governamental, de utilidade pública federal. O Projeto TAMAR foi criado em 1980 pelo então IBDF com o objetivo de salvar e proteger as tartarugas marinhas do Brasil. Atualmente, é uma das mais respeitadas organizações destinada à preservação de espécies no mundo.
	Projeto MAQUA	Ampliar o conhecimento acerca dos mamíferos marinhos que ocorrem no Estado do Rio de Janeiro, bem como sua preservação.	O Grupo de Pesquisa MAQUA e a UERJ tornaram-se referências para o trabalho com mamíferos aquáticos no Brasil, sendo reconhecidos tanto no meio universitário quanto por parte de órgãos de governo (IBAMA, Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Corpo de Bombeiros, Companhias de Limpeza Urbana, entre outros). Atualmente, o Projeto MAQUA desenvolve vários projetos em parceria com instituições de pesquisa de diversas regiões do Brasil.

O levantamento registrou que estão em planejamento ou em implantação diversos Planos e Programas na Área de Influência da atividade. Merecem destaque aqueles relacionados ao desenvolvimento da indústria petrolífera, ao desenvolvimento social e à conservação do meio ambiente e dos recursos naturais.

Deve-se observar que, na esfera municipal, o principal instrumento de planejamento territorial é Plano Diretor, mas nem todos os municípios consultados possuem um concluído, atualizado e disponível para consulta pública.

Dessa forma, ao analisar os Planos e Programas identificados na AI, em todos os níveis, não se averiguou incompatibilidade destes com a atividade proposta.